

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A conversão em três tempos: narrativa e experiência jesuítica na Província Jesuítica do Paraguai

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Resumo: As experiências cotidianas vividas pelos Guarani e pelos missionários jesuítas nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai, registradas nas Cartas Anuas, tiveram – simultaneamente – uma dupla abordagem: a evocação de um passado condenável e de um futuro promissor. Essa dualidade determinou – em grande parte – o tratamento dado pelos missionários narradores ao tema da conversão, ora exitoso, ora comprometido pelo retomo insistente do passado no presente. Tomando como referência três momentos distintos da atuação missionária jesuítica na Província Jesuítica do Paraguai, esta comunicação considerará não somente as prescrições normativas a que estavam sujeitas as Cartas Anuas e os contextos políticos – marcados por suas especificidades – nos quais atuaram, mas também a interferência da dimensão humana do missionário-narrador nas narrativas sobre a conversão.

Palavras-chave: narrativa, conversão, reduções jesuítico-guaranis

Abstract: The quotidian experiences lived by the Guarani and by the Jesuit missionaries in the reductions of the Jesuit Province of Paraguay, registered in the *Cartas Anuas*, had – at one time – a duple approach: the evocation of a condemnable past and of a good fortune. This duality guided – in great measure – the treatment given by the missionaries narrators to the topic of the conversion, sometimes successful, sometimes committed by the insistent return of the past into the present. Taking as reference three distinct moments of the Jesuitical missionary actuation in the Jesuit Province of Paraguay, this article will consider not only the normative prescriptions which affected the *Cartas Anuas* and the political contexts – marked by their particularities – in which they actuated, but also the interference of the human dimension of the missionary-narrator in the narratives about the conversion.

Keywords: narrative, conversion, Jesuit-guarani reductions

Em 1601, o Superior Geral da Companhia de Jesus decidiu reunir as regiões do Rio da Prata, Tucumã e Chile, numa Província independente e denominada *Paraguay*, e, em 1603, determinou a realização do 1º Concílio do Rio da Prata, cujas determinações tornaram-se um referencial para o trabalho missionário e se refletiram nas duas Instruções formuladas pelo P^e. Diego de Torres Bollo, em 1609 e 1610. Além de estabelecerem as metas a serem alcançadas pelos missionários e os meios a serem empregados tanto para o ensino da doutrina aos índios quanto para a reforma dos costumes dos espanhóis (MATEOS, 1969: 321), essas

* Doutora em História da América pela PUCRS. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Instruções enfatizaram a necessidade de “tirar-lhes os pecados públicos e pô-los sob policiamento” (*Apud*: RABUSKE, 1978: 25), bem como de afastá-los dos “perniciosos feiticeiros” que incitavam os índios a permanecerem em suas superstições.

Os missionários jesuítas tiveram sua atuação orientada também pelas Constituições da Companhia de Jesus, que em sua Oitava Parte refere os “meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos”, ressaltando a importância da correspondência para “o intercâmbio freqüente de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas de diversas partes”, com a finalidade de garantir a “união dos espíritos” (LOYOLA, 2004: 85) que atuavam nos quatro continentes desde o século XVI.

A atividade epistolar cumpriu, desta forma, “um papel estratégico na construção da missão” (LONDOÑO, 2002: 13), ao ponto de as Constituições determinarem “responsabilidades para a geração das informações e destinatários destas”, a fixação de prazos, a produção de cópias e a definição de sua circulação, e, inclusive, apontarem “os temas a serem tratados nas cartas” (LONDOÑO, 2002: 15).

Observando rigidamente as prescrições emanadas das Constituições da Companhia de Jesus –, as Cartas Ânua¹ destacaram, sobretudo, os casos edificantes ou sucessos notáveis, na medida em que apontavam para a conversão e para a almejada mudança de conduta dos indígenas. Vale lembrar aqui as reflexões de Walter Benjamin acerca do narrador que suprime alguns aspectos e faz realçar outros, tendo como critério a harmonização do enredo da narrativa com o conjunto de acontecimentos mais amplos. Hartog, por sua vez, nos adverte de que “o narrador diz, mas o faz dizendo de certo modo, dizendo o que é notável” (HARTOG, 1999: 372).

Trata-se, portanto, de considerar as implicações da ênfase dada aos registros edificantes e da omissão de outros, como observado na Carta Ânua de 1637-1639, em que o P^e. Zurbano as justifica por não atenderem à fórmula prescrita pelo padre Geral da Companhia e que previa o registro somente do realizado para “gloria de Deus e para a salvação das

¹ As “*Litterae Anuae*” são a correspondência periódica que os Padres Provinciais enviavam ao Padre Geral da Companhia de Jesus e se baseavam nos relatórios anuais que o Provincial recebia dos superiores das Residências, Colégios, Universidades e Missões junto aos índios. Continham uma detalhada informação sobre as casas, suas obras, pessoas e atividades. Correspondem a um lapso de tempo de um ano ou de vários anos. De ordinário eram redigidas pelos secretários ou por pessoas com capacidade para escrevê-las designadas pelo Provincial. Embora se constituam, sobretudo, de relatórios administrativos para a Administração Geral da Ordem, contemplam também cartas edificantes, que visavam impressionar as autoridades civis e eclesiásticas através dos êxitos conseguidos, razão pela qual foram traduzidas para o latim para que pudessem ser divulgadas nas Casas da Companhia de Jesus de toda a Europa. As Cartas Ânua relativas à Província Jesuítica do Paraguai cobrem o período que vai de 1609 a 1675 e, após um intervalo de cerca de 40 anos, o período de 1714 a 1762.

almas” (In: MAEDER, 1984: 107). A observância da fórmula levaria à predominância quase absoluta desses registros, reiterados de forma retórica e monótona, o que foi atestado – pelo mesmo padre – na *Ânu*a correspondente ao período de 1641-1643, e na qual informa que “havia ocorrido casos de edificação que por serem comuns, não os registrava” (D. G. R., 1996: 119).²

Ao analisarmos os registros que caracterizam as duas primeiras décadas do século XVII, constatamos que são marcados pela insistente negação e diabolização da cultura guarani. Neles são enfatizadas as *ações nocivas* dos feiticeiros; os movimentos de resistência xamanística; as dificuldades encontradas pelos missionários tanto em relação à garantia da sua própria sobrevivência, quanto em relação à continuidade e ao êxito do trabalho missionário.

As pestes e os períodos de fome, ainda que referidos no período anterior e posterior, ocupam de forma significativa os relatos do período compreendido entre as décadas de 30 e 50, na medida em que passaram a ser as razões potenciais do fracasso da ação missionária entre os Guarani. Aqui a *experiência* dos missionários se impõe de tal forma em seus registros³ – evidenciada na expressão de *temores* em relação à manutenção de condutas condenáveis e de *esperanças* em uma sólida conversão – a ponto de determinar uma alternância de estados de euforia e de pessimismo em relação aos resultados alcançados ou por alcançar.

A marca inconteste dos efeitos da *experiência* sobre os missionários não impede, contudo, que a documentação das décadas de 60 e 70 mantenha a ênfase nos relatos

² Considerando as orientações fixadas por Inácio de Loyola e, posteriormente, pelo P^e. Polanco, foi estabelecido o que deveria ser comunicado nas cartas e como isto deveria ser feito. Determinou-se, então, quais informações poderiam atingir um público externo e quais seriam de uso interno e exclusivo da Companhia. Assim, a carta passou a ser composta de duas partes: a carta principal, ou edificante, e a que circulava em âmbito estritamente institucional, ou *hijuela*, na qual caberia “tudo o que pudesse não edificar, o emocional, o primário, o espontâneo ou sem elaboração e por isso não deveria ser mostrado ou dado a público” e que “sendo este o objetivo, a missiva não poderia ser deixada ao acaso das impertinências cotidianas dos padres ou à intensidade de seus sentimentos espirituais”, devendo os padres “ter a consciência de que estavam produzindo um texto para ser interpretado e lembrado” (LONDOÑO, 2002: 18-19).

³ Deve-se, ainda, considerar que o termo *experiência* tinha um sentido específico para os membros da Companhia de Jesus, o que, com certeza, orientou sua atuação e influenciou a narrativa de sua atuação. De acordo com Pacheco “tal como é empregado entre os jesuítas, o termo *experiência* deve ser entendido a partir de um complexo feixe de influências, além da assumida posição filosófica aristotélico-tomista, é preciso dizer que parece existir também uma influência agostiniana. E, para além do aspecto puramente filosófico, quando se fala de *experiência* na Companhia de Jesus, se está tratando com uma categoria que também pertence ao universo da regulação tanto espiritual e corporal quanto jurídica e institucional. [...] pode-se concluir que *experiência* é o contraponto de uma mística do abstrato [...] é preciso a *experiência* imediata, é preciso o conhecimento direto proporcionado pelos sentidos e pela consciência de si mesmo, é preciso a *experiência* das coisas percebidas, que são conhecidas na medida em que as vivemos, as tocamos, ouvimos, experimentamos. [...] Enfim, aprende-se a ser jesuíta “experimentando” o que seja ser um jesuíta [...] É a vida de Inácio: uma experiência-modelo que se torna a prescrição explícita de um modelo de imitação. [...] Vê-se que a *experiência* está intimamente ligada a um conhecimento de si mesmo e de Deus, bem como de virtudes morais [...]” (PACHECO, 2004).

edificantes e a observância das prescrições. Os missionários, no entanto, o fazem com a intenção de ressaltar o estado de perfeição atingido pelas reduções, de obter reforços através do envio de jovens missionários e, principalmente, de desfazer intrigas contra a Companhia de Jesus, decorrentes de sua opção pela proteção aos indígenas ⁴.

Esses *três tempos de narração* das Ânuas se traduzem em um primeiro, marcado pela interpretação imediata e utópica dos fatos e que se traduz na realidade que se quer ver; um segundo, em que a realidade se impõe e questiona o afirmado anteriormente e, ainda, em um terceiro, que se caracteriza por um processo de reelaboração que, simultaneamente, dá espaço à visão utópica e absorve a desordem criada pela ruptura provocada pela realidade ⁵.

Instigados pela formulação de François Hartog, de que “o mundo que se conta encontra-se no mundo em que conta” e “que não é tanto a quantidade de informação nova que deve-se levar em conta, mas seu tratamento pelo narrador” (HARTOG, 1999, p. 37) propomos a análise das Ânuas a partir das denominações que demos aos *três tempos de sua narração*: “*ganar la confianza de la gente*”; “*y todo marcha bien*” e “*ya no hay costumbres viciosas*”.

Constata-se que as Ânuas referentes aos anos de 1610-1613 – que se inserem no *tempo de “ganar la confianza de la gente”* e de implantação das reduções – enfatizam as demonstrações de temor dos indígenas de morrerem infiéis e de irem para o inferno em razão disso. (*In*: PASTELLS, 1912). Os missionários não descuidam de valorizar que a assimilação – pelos indígenas – de que castigos se abatiam sobre os infiéis e pecadores, os levava a procederem de acordo com suas recomendações, rompendo com suas pautas tradicionais; isto é, com o passado evocado negativamente pelos missionários (*In*: MAEDER, 1990: 91). São, no mínimo, surpreendentes as referências à conversão instantânea mediante a administração do sacramento do batismo a velhos e a moribundos e sua vinculação com a garantia da salvação (D. H. A., 1929: 77 e 289).

As referências à conversão bem sucedida – expressa na urgência com que os indígenas buscavam a confissão – ficam evidentes como elemento estruturador do enredo das Ânuas, podendo ser também encontradas na Carta Ânua de 1637 – 39. Neste registro

⁴ Para P. A. Fabre (2000), a *experiência* jesuítica pode ser definida como uma série de atividades que garantem a identificação do indivíduo com a instituição e a reprodução/manutenção dessa mesma instituição, determinando a filiação a um *modus operandi* e a uma maneira habitual da instituição de refletir, meditar e agir, que lhe permite viver firmemente nas “*cosas de Instituto*”.

⁵ Na perspectiva de Koselleck, a experiência, por encontrar-se saturada de realidade, elabora os acontecimentos passados vinculando-os às possibilidades cumpridas ou fracassadas. Mesmo que os acontecimentos passados tenham sucedido de maneira definitiva, as experiências baseadas sobre eles podem se modificar com o passar do tempo. As experiências se superpõem, impregnando-se umas das outras, exatamente porque as novas esperanças ou as frustrações abrem brechas e repercutem sobre elas. (KOSELLECK, 1993).

constata-se – decorridos já 30 anos – que as marcas da *experiência* interferiram na narrativa, levando o missionário a observar que os indígenas nem sempre tinham o que confessar e que o faziam “para ganhar mais graças sacramentais” (*In*: MAEDER, 1984: 96). Mais adiante na mesma Carta, o relator Pe. Francisco Lupercio de Zurbano informa que os Guarani, apesar de serem muito apegados à confissão, são também muito inclinados a fazer más confissões. O que mais nos chama a atenção é que o passado-presente se impõe de tal forma que o missionário não deixa de explicitar seu horizonte de temores, comprometendo sua esperança no futuro, ao afirmar que “tal comportamento se compreendia devido à rudeza e à incapacidade dos indígenas de se aprofundarem nos conhecimentos religiosos” (*In*: MAEDER, 1984: 34).

Aqui se constata a sobreposição que queremos explorar – *a do tempo da narração das Cartas* – que obedece às prescrições – e a *do tempo da experiência* que perturba e confronta, interferindo no registro. Esta sobreposição se explicita numa operação discursiva que não pode deixar de contemplar o que deve ser narrado – insistindo que “*todo marcha bien*” e observando criteriosamente o que deve ser omitido – mas que acaba revelando a experiência do próprio narrador.

Decorridos dez anos, o P^o. Juan Ferrufino deixa entrever em suas observações, na *Ânua* de 1647-49 que a tarefa da conversão não estava concluída e que as adversidades continuavam tendo uma função “educativa”, devendo-se, por isso, perseverar nas mesmas estratégias de conversão (*CARTAS ÂNUAS*, 1928: 155). A necessidade de constantemente fazê-los sentir remorsos, além de indicar a frequência com que ocorriam desvios de conduta ou transgressões, atestam para a concomitância de tempos, passado-presente, e apontam para um horizonte de esperanças construído sobre a superação dos temores e da idéia de um futuro promissor.

O passado condenado, evocado negativamente, se manifesta tão vivamente no presente a ponto de as transgressões continuarem a se constituir em preocupação recorrente dos missionários, como pode ser observado na *Ânua* de 1668 (*CARTAS ÂNUAS*, 1928: 20), ano que se insere na etapa tradicionalmente associada à consolidação das reduções jesuítico-guaranis como já referido. Nesta mesma Carta, apesar de informar sobre a frequência com que ocorriam as confissões, o missionário confere importância e registra as experiências subjetivas dos indígenas, sugerindo que a vergonha e a humilhação que sentiam – ao se confessarem com vários confessores – os levassem a abandonar as condutas indesejáveis, evitando a repetição da situação de constrangimento (*CARTAS ÂNUAS*, 1928: 20-21). Deve-

se ter em conta, no entanto, que o *tempo das cartas* – que obedece às prescrições institucionais – reteve e consagrou a percepção de que os indígenas buscavam o batismo e a confissão atraídos pela promessa da absolvição dos pecados e da garantia das bênçãos divinas.

Os registros feitos pelos missionários parecem indicar, realmente, uma alteração significativa nas atitudes dos indígenas, ressaltando que “*ya no hay costumbres viciosas*”. A moderação das emoções, a normatização de ações e a eliminação de comportamentos inconvenientes aparecem vinculadas à prática do jejum, à penitência e à autoflagelação, assumindo a função de elemento estruturador para o enredo das Ânuas. Apesar de, por vezes, as considerarem exageradas, os missionários não escondiam sua satisfação, na medida em que as interpretavam como indício da conversão dos indígenas, levando-os a ratificar a evocação negativa do passado e a evocação positiva do futuro (*In*: MAEDER, 1984: 129).

A observância da fórmula prescrita para a redação das Ânuas determina – numa análise diacrônica – a percepção de uma progressão linear, de uma normalização do processo de conversão dos Guarani, na medida em que os *três tempos de narração* das Cartas apontam para o estado de perfeição atingido pelas reduções. Uma análise sincrônica, contudo, nos revela a existência concomitante de *tempos marcados pelas experiências*, que alternam o passado e o futuro, a esperança e o temor, e que, embora apontem para a observância das prescrições e para a manutenção do tema da conversão como enredo, revelam a dimensão humana do relator-narrador.

Referências Bibliográficas

CARTAS ÂNUAS. Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (Año 1668). Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. (Mimeo)

DOCUMENTOS DE GEOHISTÓRIA REGIONAL (D. G. R.) – Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (1641 – 1643). Resistencia, Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 1996.

DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA (D. H. A.). Tomos XIX, XX, Iglesia. CARTAS ÂNUAS. Cartas ânuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Provincia de la Compañía de Jesús. (Vol. 1) (1609-1614); (Vol. 2) (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacobo Peuser, 1927-29.

FABRE, P.-A. “Ils iront en pèlerinage...”: l’“expérience” du pèlerinage selon l’“Examen général” des Constitutions de la Compagnie de Jésus et selon les pratiques contemporaines. In BOUTRY, P.; FABRE, P.-A.; JULIA, D. *Rendre ses voeux: les identités pèlerines dans l’Europe moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris: EHESS, 2000, pp. 159-188.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado*. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Escrevendo Cartas*. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Humaitá Publicações, v. 22, nº 43, 2002, p. 11-32.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MAEDER, Ernesto J. A. (org.) *Cartas Ánuas de la Provincia del Paraguay, 1637 – 1639*. Buenos Aires: FECIC, 1984.

MAEDER, Ernesto J. A. *Cartas Ánuas de la Provincia del Paraguay, 1632 – 1634*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1990.

MATEOS, F. El Primer Concilio del Río de la Plata en Asunción (1603). *Misionalia Hispánica*, n. 78, set./dez. 1969.

PACHECO, Paulo Roberto de Andrada. Experiência como fator de conhecimento na psicologia-filosófica aristotélico-tomista da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII). *Memorandum*, n. 7, 2004, p. 58-87. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/pacheco01.htm>.

PASTELLS, R. P. Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Tomo I. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

RABUSKE, Arthur S.J. A Carta Magna das Reduções Jesuíticas Guaranis. *Estudos Leopoldenses*, v. 14, n. 47, 1978.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas/SP: Papyrus, 1997.